



EIXO TEMÁTICO:

Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO E A EXPANSÃO DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

PUBLIC INFORMATION POLICYS AND THE EXPANSION OF INSTITUTIONAL REPOSITORIES IN FEDERAL UNIVERSITIES

Alex Silva Rodrigues (Unesp) - alex_silvar@yahoo.com.br

Cláudio Marcondes Castro Filho - claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Resumo: O desenvolvimento econômico e social de um país pressupõe minimizar desigualdades. Nesse contexto o artigo apresenta o significado de política pública, o processo de mudança pelo qual o mundo vem passando com relação às políticas de informação, a comunicação científica e o surgimento do movimento de acesso aberto e os repositórios. Desse modo, é um estudo histórico-descritivo sobre políticas de informação e expansão dos repositórios institucionais nas universidades federais brasileiras. Parte da indagação: como as políticas de informação existentes contribuem para a expansão dos Repositórios Institucionais? E dos seguintes objetivos: identificar as políticas de informação do governo federal para repositórios; verificar quais universidades federais possuem Repositórios Institucionais e apresentar um breve histórico de expansão dos repositórios nas universidades federais brasileiras. Os resultados indicam que as políticas de informação brasileira são positivas, pois contribuem para a expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais; no entanto, os Repositórios Institucionais não estão implementados em todas as universidades. Aponta para a importância da continuidade da expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais que devem aderir às políticas de informação do país, lembrando o seu papel de facilitadora da divulgação de informação científica.

Palavras-chave: Política Pública de Informação. Repositórios Institucionais Brasileiros. Universidades Federais Brasileiras.

Abstract: The economic and social development of a country presupposes minimizing inequalities, in this context the article presents the meaning of public policy, the process of change that the world is going through in relation to information policies, Scientific communication, the emergence of the open access movement and The repositories. Thus, it is a historical-descriptive article on information policies and expansion of institutional repositories in Brazilian federal universities. Part of the question: how do existing information policies contribute to the expansion of Institutional Repositories? And of the following objectives: to identify the information policies of the federal government for repositories; To verify which Federal Universities have Institutional Repositories and to present a brief history of expansion of the repositories in Brazilian Federal Universities. Regarding the results, they indicate that Brazilian information policies are positive, since they contribute to the expansion of Institutional Repositories in Federal Universities, however, Institutional Repositories are

not implemented in all universities. It points to the importance of the continuity of the expansion of the Institutional Repositories in the federal universities that must adhere to the information policies of the country, remembering its role of facilitator of the dissemination of scientific information.

Keywords: Public Information Policy. Brazilian Institutional Repositories. Brazilian Federal Universities.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social de um país pressupõe minimizar desigualdades e nesse contexto destacamos as políticas. Partimos do conceito de políticas públicas, cuja definição ainda é imprecisa tendo em vista que muitos estudiosos no assunto apoiam-se em diferentes premissas que resultam em definições variadas. Dentre elas, a de Lynn (1980) que argumenta que políticas públicas são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, e Peters (1986) relata que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

As políticas públicas podem ser classificadas em: a) “políticas regulatórias”, que tratam das regras, estabelecem leis e códigos; b) “políticas distributivas”, que são decisões tomadas pelo governo, beneficiando alguns grupos, gerando impactos mais individuais que coletivos; c) “políticas redistributivas”, que atingem maior número de pessoas e implica em custos para certos grupos sociais; e por último, as d) “políticas constitutivas”, que tratam dos procedimentos. (LOWI apud SECCHI, 2014). As políticas públicas, geralmente, incluem mais de um tipo de política.

Neste estudo, trataremos da política de informação que pode ser entendida como um processo pelo qual se estabelecem os parâmetros por meio dos quais a informação é criada, tratada, recuperada e usada por seres humanos; com recorte para os Repositórios Institucionais (RI) que “são espécies combinadas de arquivo e de bibliotecas digitais” (DODEBEI, 2009) em universidades federais públicas.

Este estudo visa discutir a contribuição das políticas públicas de informação brasileira na expansão dos RIs das universidades federais, a partir da seguinte indagação: como as políticas de informação existentes contribuem para a expansão dos Repositórios Institucionais?

Deste modo, pretende-se elaborar um histórico-descritivo sobre políticas de informação e expansão dos RIs nas universidades federais, de forma a identificar as

políticas de informação do governo federal para os repositórios; verificar quais universidades federais possuem RIs e apresentar um histórico de expansão dos repositórios nas universidades federais brasileiras.

Dessa forma, a relevância em apresentar políticas de informação atreladas às implantações de RIs em universidades federais contribui com a Ciência da Informação, pois permite que se visualize o histórico dessas políticas e sua efetividade quanto a implantação dos RIs nas instituições em questão.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

O entendimento das políticas públicas de Informação perpassa por um histórico evolutivo, começamos, então, pela definição apresentada por Braman (2011), quando diz que a política de informação é um conjunto de leis e regulamentações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos da informação.

A partir da década de 1950, com o início da Guerra Fria, a informação passa a ser uma importante ferramenta nas decisões governamentais, e as políticas de informação ganham força e passam a ser discutidas. Em 1963, surge o relatório de *Weinberg*, que tratava sobre a transferência de informação científica. Também na década de 1960 as agendas¹ internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) trata da política de informação de forma a tornar o debate internacional evidente e cooperativo.

Na década de 60, a UNESCO e o Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) sugerem as bases do Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST), discutidas nas XIV (1966) e XV (1968) Conferências Gerais da entidade. Em 1972, na XVII Conferência Geral da UNESCO, o programa intergovernamental UNISIST é lançado (JARDIM, 1995).

O objetivo do UNISIST é a cooperação entre os países, de forma voluntária, com vistas ao uso da informação científica e como ferramenta para diminuir as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (JARDIM, 1995).

Em 1980, a UNESCO absorve as ações dos Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) cujo objetivo era definir diretrizes gerais da política e a

¹ Agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. (SECCHI, 2014)

metodologia de um planejamento integrado para aplicá-las aos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos. (JARDIM, 1995, p.37).

Na década de 1990 a internet começa a alcançar a população em geral com o desenvolvimento do *World Wide Web* (www), por ser uma rede mundial de computadores acaba por permitir a chamada “infra-estrutura global de informações” um programa do governo do EUA apresentado em 1994 na reunião da *International Telecommunication Union*, em Buenos Aires (GONZALES de GÓMEZ, 2002).

Com a internet crescendo, sendo ela um meio de comunicação acadêmica, surge a ideia do acesso aberto que foi consagrado no Budapest OA *Initiative* (2002), na *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) e na Declaração de Berlin sobre Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (2003) – as três declarações juntas visam a promoção da comunicação científica. Nesse aspecto, Kuramoto (2009), destaca que o acesso aberto trata-se de algo “acessível em linha, acessível livre de custos, acessível imediatamente e acessível livre da maior parte das restrições relativas a direitos autorais e licenciamento”.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL

As políticas públicas de informação no Brasil iniciaram-se na década de 1950, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951 e com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, por meio de esforços da UNESCO, com a Fundação Getúlio Vargas. Durante a década de 1950, a UNESCO promoveu a instalação de centros nacionais de documentação em determinados países considerados subdesenvolvidos, isso ocasionou no governo brasileiro o interesse pelo desenvolvimento da produção científica brasileira (LEMOS, 1986).

Mais adiante, nos anos 1970 ocorrem mudanças nas atividades de ciência e tecnologia no país, alguns órgãos foram reorganizados, entre eles o IBBB, que passa a ser chamado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com o propósito de coordenar as atividades de ciência e tecnologia no Brasil.

Quanto ao movimento de acesso aberto, o Brasil adere oficialmente no ano de 2005, por meio do IBICT o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica” e a “Declaração de apoio ao acesso aberto à literatura científica - Carta de São Paulo”.

O acesso aberto proporcionou a criação de alguns RIs por meio de disponibilização de serviços. O primeiro incentivo e apoio surgiu por meio do IBICT às universidades brasileiras, que receberam assistência técnica e kits compostos de estação de trabalho e com softwares. A seleção das universidades se deu através de editais cujo objetivo era “[...] dar condições (equipamentos, software e treinamentos) para a construção e implantação de RIs nas universidades e institutos de pesquisa públicos” (FRANÇA, 2015, p. 142).

Outra medida que incentiva à implementação de repositórios é a Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² que exige dos programas de pós-graduação que disponibilizem suas teses e dissertações em formato digital.

Atualmente em 2017, as políticas públicas de informação no Brasil, apresentam também a lei nº 12.527/2011, Lei Acesso à Informação (LAI), promulgada em 2012, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações às informações públicas. Sendo assim, as universidades também devem seguir as premissas da Lei em questão, disponibilizando suas informações e principalmente a sua produção científica que pode ser disponibilizada por meio dos RIs.

O quadro 1 mostra as políticas públicas de informação com seus respectivos anos de início.

Quadro 1 – Políticas Públicas de informação no Brasil.

| Ano | Política pública de informação no Brasil |
|------|---|
| 2005 | Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica |
| 2006 | Portaria 13 da Capes |
| 2009 | Edital IBICT (Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009) |
| 2012 | LAI |

Fonte: Elaborado pelos autores

3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

O desenvolvimento da ciência tem como atividades essenciais a produção,

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país. (CAPES, 2016).

recuperação e comunicação do conhecimento científico produzido nas universidades. Quanto ao conceito de comunicação científica, este, foi definido pela primeira vez pelo físico e historiador John Bernal (1901-1971), como “um amplo processo de geração e transferência de informação científica”. (CRISTÓVÃO; BRAGA, 1997, p. 40).

A comunicação científica é indispensável a quem faz ciência, em razão da troca de informações entre os cientistas. Conforme Meadows (1999) a comunicação é tão importante quanto a própria pesquisa, visto que ela só se torna legítima quando analisada e aceita pelos seus pares. Essa validação é um processo que o cientista submete a sua solução (de um problema) ao julgamento de seus colegas.

Os sistemas tradicionais de comunicação científica se modificam em virtude dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitiram à comunidade científica ter novas possibilidades quanto às formas de acesso aos periódicos científicos, livros, relatórios técnicos, entre outros; No entanto, um dos fatores determinantes, responsável, por essa alteração de paradigma na comunicação científica foi o alto custo das assinaturas dos periódicos científicos, praticados pelos editores. Segundo Kuramoto (2006), a alta exagerada no preço das assinaturas de revistas dificultou a manutenção das assinaturas das coleções de periódicos científicos por parte dos pesquisadores e bibliotecas. Então, a comunidade científica, se mobiliza na tentativa de combater esses “abusos” com o uso das TIC. Neste contexto destacam-se os repositórios digitais, que surgem a partir do movimento de acesso aberto à informação, categorizados quanto aos seus conteúdos como os temáticos, que abrange temas específicos, ou institucionais que abrange as produções intelectuais de uma instituição. Segundo (COSTA; LEITE, 2006) repositórios temáticos - referem-se à produção intelectual de uma disciplina e repositórios institucionais – referem-se àqueles voltados ao armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição.

A característica principal dos repositórios denominados institucionais está em agrupar o conhecimento registrado, produzido por membros de uma instituição acadêmica, em uma estrutura que permita a organização de diversas tipologias documentárias produzidas por áreas multidisciplinares. Suas funções são:

- Aumentar a visibilidade e o impacto das publicações dos pesquisadores de uma instituição;
- Promover o acesso à produção científica e intelectual de uma instituição;

- Preservar a produção científica e intelectual de uma instituição;
- Ser um instrumento de coleta e organização da produção científica e intelectual de uma instituição;
- Melhorar os processos de comunicação científica;
- Oferecer insumo para monitoramento da produção científica de uma instituição. (CROW, 2002; LYNCH, 2003; BARTON, 2004; BAILEY JR., 2006; LEITE, 2009 apud COSTA, 2014).

Com o RI, o pesquisador tem a possibilidade de disponibilizar as suas produções científicas e ter acesso a outras pesquisas realizadas por outros pesquisadores, ampliando sua capacidade de geração de novos conhecimentos. Essa tendência se consolida mundialmente e amplia, exponencialmente, a criação de repositórios interoperáveis nacionais e estrangeiros, facilitando sobremaneira os processos burocráticos de uma instituição de nível superior (KURAMOTO, 2005).

Nesse contexto, a implementação de RIs em universidades está condicionada a diversos fatores, dentre eles, a política de informação nacional e institucional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desse estudo é apresentar as políticas de informação brasileira e sua contribuição para a expansão dos RIs nas universidades federais. Para tanto, o método-histórico descritivo melhor se adequa, uma vez que este método consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje [...]”. Justifica-se por se descritivo, pois “[...] pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 apud CÓRDOVA, 2009, p.35).

Quanto aos meios, esta pesquisa é bibliográfica, apresenta o histórico geral das políticas de informação e definições sobre os RIs. O levantamento da existência dos repositórios nas universidades federais foi feito por consulta na internet, através dos endereços eletrônicos das universidades, web site do IBICT, e dos diretórios do *Registry of Open Access Repositories (ROAR)* e do *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)*.

A coleta de dados traz à tona a dificuldade de diagnóstico preciso sobre a data efetiva de “aniversário” dos RIs das universidades federais no Brasil, face ao cenário marcado por procedimentos e ações diversificadas das instituições quanto à disponibilização do histórico de seus repositórios.

Os RIs são ferramentas que visam a divulgação da produção científica,

colaboram com a lei de acesso à informação e trazem mais credibilidade e transparência aos órgãos produtores de informação científica, mas é dependente de políticas públicas, dito isso, entende-se que é importante identificar o estágio atual quantitativo das universidades federais que implantaram RIs, considerando que esse processo no Brasil se inicia com os kits distribuídos pelo IBICT em 2009, e o quanto a política de informação brasileira realmente se mostra eficiente.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES PARCIAIS

Atualmente o Brasil possui 64 universidades federais³, verificou-se que, 24 (37,5%) ainda não possuem repositórios, e as outras 40 (62,5%) já implantaram seus repositórios de acesso aberto que estão nomeados como digitais ou institucionais. O quadro 2 mostra e nomeia todas as universidades que possuem repositórios e sua distribuição por regiões.

Quadro 2 – Universidades Federais com repositórios.

| Regiões | Universidades | Siglas | RI | RD | Quant. |
|--------------|---|--------|----|----|------------|
| Centro-oeste | Universidade de Brasília | UnB | X | | Quatro (4) |
| | Universidade Federal da Grande Dourados | UFGD | X | | |
| | Universidade Federal de Goiás | UFG | X | | |
| | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | UFMS | X | | |
| Nordeste | Universidade Federal da Bahia | UFBA | X | | Dez (10) |
| | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | UFRB | X | | |
| | Universidade Federal de Alagoas | UFAL | X | | |
| | Universidade Federal de Pernambuco | UFPE | X | | |
| | Universidade Federal de Sergipe | UFS | X | | |
| | Universidade Federal do Ceará | UFC | X | | |
| | Universidade Federal do Maranhão | UFMA | | X | |
| | Universidade Federal do Piauí | UFPI | X | | |
| | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | UFRN | X | | |
| | Universidade Federal da Paraíba | UFPB | X | | |
| Norte | Universidade Federal de Rondônia | UNIR | X | | Quatro (4) |
| | Universidade Federal do Acre | UFAC | X | | |
| | Universidade Federal do Pará | UFPA | X | | |
| | Universidade Federal do Tocantins | UFT | X | | |
| Sudeste | Universidade Federal de Itajubá | UNIFEI | X | | Treze (13) |
| | Universidade Federal de Juiz de Fora | UFJF | X | | |
| | Universidade Federal de Lavras | UFLA | X | | |
| | Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG | | X | |

³ Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

| | | | | | |
|---------|--|----------|---|---|------------|
| Sudeste | Universidade Federal de Ouro Preto | UFOP | X | | Treze (13) |
| | Universidade Federal de São Paulo | UNIFESP | X | | |
| | Universidade Federal de Uberlândia | UFU | X | | |
| | Universidade Federal de Viçosa | UFV | X | | |
| | Universidade Federal do Espírito Santo | UFES | X | | |
| | Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ | X | | |
| | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri | UFVJM | X | | |
| | Universidade Federal Fluminense | UFF | X | | |
| | Universidade Federal de São Carlos | UFSCar | | X | |
| Sul | Universidade Federal da Integração Latino-Americana | UNILA | X | | Nove (9) |
| | Universidade Federal de Pelotas | UFPel | X | | |
| | Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC | X | | |
| | Universidade Federal do Pampa | UNIPAMPA | X | | |
| | Universidade Federal do Paraná | UFPR | X | | |
| | Federal Universidade de Rio Grande | FURG | X | | |
| | Universidade Tecnológica Federal do Paraná | UTFPR | X | | |
| | Universidade Federal do Passo Fundo | UPF | X | | |
| | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | UFRGS | | X | |

Fonte: Elaborado pelos autores⁴

As políticas públicas de informação nacional mostram-se eficazes nas regiões Centro-Oeste que possui 5 universidades sendo que 4 (80%) possuem RIs. Esta região está próxima à 100% de universidades federais com RIs instituídos. A região Sul, com 12 universidades dispõe de 9 (75%) repositórios, destaca-se por ter em todos os estados ao menos 01 universidade federal com RI. São as regiões com maior adesão ao acesso livre no país.

A região Sudeste – dispõe de 19 universidades federais sendo que 13 (68,5%) possuem RIs, apresenta aderência às políticas públicas de informação brasileiras, visto que mais da metade possuem RIs. No entanto, ocupa o primeiro lugar em número de universidades e a terceira posição em quantidade de RIs. É necessário um trabalho nessa região junto às universidades que não possuem RIs melhorando essa colocação e assim demonstrar o comprometimento com as políticas públicas de informação estabelecidas no país, de forma a permitir que toda sociedade possa conhecer a ciência que está sendo produzida em suas unidades.

O Nordeste – possui 18 universidades sendo que 10 (55,5%) possuem RIs e o Norte – dispõe de 10 universidades sendo que 4 (40%) tem repositórios implantados. A região Nordeste possui a segunda posição, quanto ao número de

⁴ Fontes: <http://www.ibict.br/>; <http://roar.eprints.org/> e <http://www.opendoar.org/>

Observando o quadro e gráfico 1 destaca-se que os triênios mais efetivos quanto às políticas públicas de informação brasileiras alinhadas as implantações de RIs foi o período de 2011 a 2012, coincide com o edital lançado pelo IBICT em 2009 que contemplou 18 universidades federais com kits que incentivava a implantação de RIs, foi uma política de muito êxito quanto a expansão desses RIs; uma vez que o gráfico apresenta um total de 40 RIs sendo o edital responsável por 45% desse montante.

No primeiro triênio do gráfico o Brasil já contava com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica e a Portaria 13 da CAPES. Em um primeiro momento não se mostram eficazes na expansão de RIs, até por ser um assunto novo no país, no entanto, não é possível dizer que ao longo do tempo não tenha tomado corpo e colaborado com as expansões dos RIs nas universidades brasileiras. A promulgação da LAI em 2012 é sem dúvida um avanço para a sociedade brasileira quanto a transparência das informações públicas, pode ter sido um fator de incentivo a expansão dos RIs visto que, da sua promulgação em diante, houve a expansão de mais 13 RIs.

As políticas públicas de informação brasileira foram se complementando ao longo dos anos, mas há a necessidade de outros mecanismos não contemplados nas políticas existentes que ajudem na expansão dos RIs, visto que 37,5% das universidades federais ainda não os possuem, e pelos dois últimos anos do gráfico, que demonstra uma queda na expansão.

A seguir, apresentam-se as considerações finais analisadas à luz da literatura consultada e quadros construídos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo utilizou o recurso histórico na investigação sobre as políticas de informação e a expansão dos RIs das universidades públicas brasileiras, verificou que políticas de informação no país são existentes e, para os RIs, a referência é o IBICT, que segue recomendações da UNESCO para alcançar o que se preconiza no UNISIST que é minimizar as diferenças de informação entre países e internamente. Foi possível identificar ações de políticas regulatórias para informação no Brasil, como a lei de acesso à informação; também há políticas redistributivas de informação, visto que, ao tratamos de implementação de repositórios, haverá grupos

que se contrapõem; de um lado teremos os adeptos ao movimento de acesso livre e do outro as editoras, o governo se vê representado pelas universidades que, por sua vez, depende das políticas governamentais para a efetivação de seus RIs.

Através da literatura apresentada, foi possível visualizar questões como às políticas de informação, a comunicação científica, o surgimento do movimento de acesso aberto e a instauração dos RIs implementados nas diferentes regiões do país. Os resultados indicaram que as políticas de informação brasileira contribuem para a expansão dos RIs nas universidades federais. No país essas práticas se mostraram eficazes, pois houve uma rápida proliferação dos RIs com as iniciativas do IBICT, com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, a Portaria 13 da CAPES e a LAI, no entanto, pouco mais de um terço (1/3) das universidades federais ainda não possuem seus repositórios. Algumas disparidades foram identificadas entre as regiões quanto a expansão dos RIs: o Centro-Oeste e Sul contam com mais de 70%; a região Sudeste possui mais de 65%, o Nordeste com 55% e o Norte com menos de 50%, o dados demonstram que algumas regiões, por não estarem acompanhando essa expansão, podem necessitar de políticas específicas, visto a enormidade do país com condições estruturais diferentes. Também se deve considerar a discussão e a possibilidade de políticas públicas de informação com mecanismos legais que exijam a implantação de RIs em universidades federais públicas, uma vez que sua produção científica é proveniente de dinheiro público e moralmente devem estar disponíveis para toda a sociedade.

Por fim, ressalta-se que a legislação brasileira contempla o direito à informação, direito este que é público, um direito de todos os cidadãos. Neste contexto, é importante a continuidade da expansão dos RIs nas universidades federais aderindo às políticas de informação do país, pois devem se caracterizar como facilitadoras da divulgação de informação científica, lembrando que informação e conhecimento possuem papéis estratégicos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiany Moraes et al. A democratização do conhecimento científico: regulamentação e expansão do repositório institucional da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais...** . 2016. p. 1 - 10. Disponível em:

<<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/237>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, M. L. e ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CAPES. **Portal Capes**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e sociologia do conhecimento científico: a intertemacidade plural. **Transinformação**, v.9, n.3, p.33-45, set/dez. 1997.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. Cap. 2. p. 31-42.

COSTA, Michelli Pereira da. **Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, S.; LEITE, F. C. L. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. p. 1-10.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, et all (Org). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106

FRANÇA, Maira Nani. **Gestão em bibliotecas universitárias públicas**: um enfoque tecnológico. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr.2002.

JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995.

KURAMOTO, H. **IBICT estimula adoção dos open archives no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=148> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p.91-102, maio/ago. 2006.

KURAMOTO, H. Prefácio. In: LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 107-115, jul./dez. 1986.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, EUA: Goodyear, 1980.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.